



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

(Processo SEI Nº 25.0.000040841-0)

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Alesc – CNPJ nº 83.599.191/0001-87, com sede na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310 – Centro – Florianópolis/SC, CEP 88020-900, por meio de sua Coordenadoria de Licitações e Contratos, torna público que realizará, na forma da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 22/07/2026

ABERTURA DA SESSÃO: 14:00h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

Nº DA UNIDADE COMPRADORA: 929488

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Atos da Mesa nº 149, de 30 de abril de 2020, nº 195, de 16 de junho de 2020, e nº 257, de 28 de maio de 2024;
- Autorização para Processo Licitatório – Despacho SEI Nº 2143555; e
- Processo SEI Nº 25.0.000040841-0.

DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

Anexo	I	Termo de Referência;
Anexo	II	Relação de Itens (Valores Máximos Admissíveis);

Anexo	III	Planilha Orçamentária
Anexo	IV	Modelo de Proposta;
Anexo	V	Declaração de Vistoria Técnica
Anexo	VI	Minuta do Contrato
Anexo	VII	Modelo de Planilha Orçamentária

I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição e instalação de sistema de climatização de precisão para Data Center, especificamente desenvolvido para assegurar condições ideais de temperatura, umidade relativa, redundância operacional e eficiência energética para equipamentos críticos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme detalhado em projeto, e em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O objeto da licitação será adjudicado em lote (grupo) único, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas no Sistema Compras.gov.br e as constantes deste Edital, prevalecerão as do edital.

II – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor máximo aceitável para a contratação da totalidade do objeto desta licitação é de R\$ 833.949,16 (oitocentos e trinta e três mil novecentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos), conforme anexo dos Valores Máximos Admissíveis.

2.2. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão à conta da Subação 001157 - Aquisição, recuperação e ampliação de imóveis do Poder Legislativo; e Natureza da Despesa 44.90.51.92 - Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel, do Orçamento da Alesc.

III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Compras.gov.br (www.compras.gov.br).

3.2. Os licitantes declararão, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos definidos na legislação e neste instrumento convocatório.

3.3. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a declaração de que trata o subitem anterior seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, aplicando-se, nessa hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 11.16 deste Edital.

3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem anterior.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar, na fase própria, a inabilitação do licitante.

3.7. Os licitantes responsabilizam-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema Compras.gov.br ou à Alesc a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.8. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

3.9. A Alesc não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Compras.gov.br.

3.10. **Fica vedada a participação**, na presente licitação, de:

a) pessoa física;

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

e) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

f) pessoa jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Alesc ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

h) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

j) agente público vinculado à Alesc;

k) consórcio de pessoas jurídicas; e

l) empresas que incorrerem em outros impedimentos previstos em Lei.

3.11. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

3.12. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem anterior, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

3.13. A participação neste Pregão importa para o Licitante a aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto aos recursos.

IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. O Licitante deverá cadastrar proposta exclusivamente por meio do Sistema Compras.gov.br, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. O Licitante deverá consignar, de forma expressa no Sistema Compras.gov.br, **o valor unitário, em reais (R\$), para o item cotado**, com até duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.4. As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão adotar, na composição do BDI, os percentuais de PIS e COFINS correspondentes aos percentuais efetivos recolhidos de acordo com o último Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.

4.5. As empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional deverão adotar, na composição do BDI, percentuais de ISS, PIS e COFINS que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, de acordo com sua faixa de faturamento, a qual será verificada mediante a apresentação do último Demonstrativo de Apuração do Simples (gerado por meio do Programa Geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório).

4.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, que:

- a) cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT;
- b) a proposta apresentada foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido por qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- d) não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 e seguintes da referida Lei Complementar;
- g) que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- h) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7. Ao cadastrar a proposta no Sistema Compras.gov.br, a Licitante declara, além do previsto no próprio Sistema Compras.gov.br, que está em conformidade com as exigências estabelecidas pelas Leis Estaduais nº 10.732, de 07/04/1998, e nº 16.003, de 25/04/2013, sendo esta última regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.694, de 23/08/2013.

4.8. Ao cadastrar a proposta no Sistema Compras.gov.br a Licitante também se obriga a respeitar todas as condições previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

4.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.12. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.13. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no Portal de Compras do Governo Federal, no Sistema Compras.gov.br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br.

5.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Compras.gov.br durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. As propostas cadastradas pelos licitantes no Sistema Compras.gov.br que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro.

6.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do Sistema Compras.gov.br, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2. O Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no Sistema Compras.gov.br, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances que deverá ser de 0,1% (um décimo por cento) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.4. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema Compras.gov.br quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.5. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Compras.gov.br poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.8. Caso a desconexão do Pregoeiro persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio www.compras.gov.br.

7.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.11. Persistindo o empate mencionado no item anterior os critérios serão aqueles estabelecidos na legislação vigente.

VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas, às empresas de pequeno porte e às equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite.

8.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, ser vencedora;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo Sistema Compras.gov.br, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.3. Na hipótese de não haver classificação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. O Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha

apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do Sistema Compras.gov.br e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO** observadas as especificações técnicas e os parâmetros definidos no Edital.

10.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo estipulado para o **LOTE (GRUPO)**, e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto, conforme disposições contidas no presente Edital.

10.3. A proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance ofertado após a negociação e assinada pelo representante da empresa, conforme ANEXO IV (Modelo de Proposta), bem como outros documentos complementares eventualmente necessários, deverão ser encaminhados via Sistema Compras.gov.br, em até **2 (duas) horas**, contadas da solicitação do Pregoeiro.

10.3.1. Juntamente com a proposta, deverá ser encaminhada a Planilha Orçamentária atualizada, conforme modelo disponibilizado juntamente ao edital.

10.4. O Pregoeiro examinará a compatibilidade da proposta com os valores unitários máximos estipulados para o **LOTE (GRUPO)** e com as especificações técnicas do objeto, conforme disposições contidas no presente Edital.

10.5. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro.

10.6. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Alesc ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas externas, para orientar sua decisão.

10.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

10.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.9. As propostas não poderão apresentar preços unitários superiores aos constantes na planilha orçamentária da Alesc (Anexo III) ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.10. Não se admitirá proposta com preço global superior ao orçamento estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.11. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

10.12. Poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

10.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 10.12, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.13. **Caso a proposta do licitante vencedor seja inferior a 85% (oitenta e cinco por**

cento) do valor orçado pela Administração, o Pregoeiro o cientificará de que será exigida garantia equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, na forma do Item XIV.

10.14. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.15. Não serão motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da Proposta de Preços, que não venham causar prejuízo para a Alesc ou firam os direitos dos demais licitantes.

10.16. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Compras.gov.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados no prazo estipulado pelo Pregoeiro, exclusivamente por meio do Sistema Compras.gov.br.

11.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa;
- e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;
- f) Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Estado da Administração do Estado de Santa Catarina (<http://www.portaldecompras.sc.gov.br>).

11.3. A consulta aos cadastros acima mencionados será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

11.4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, bem como da documentação complementar especificada neste Edital.

11.5. Os licitantes deverão encaminhar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, via Sistema Compras.gov.br, a seguinte documentação complementar relativa à **habilitação econômico-financeira**:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.6. Os licitantes deverão encaminhar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, via Sistema Compras.gov.br, a seguinte documentação complementar relativa à **qualificação técnica**:

- a) um ou mais atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;
- b) registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; e
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
 - c.1) fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Coordenadoria de Redes, pelo e-mail

11.7. Quando não constante no SICAF, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação relativa à **habilitação jurídica**, conforme o caso:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.8. Quando não constante no SICAF, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação relativa à **habilitação fiscal, social e trabalhista**:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d) caso o Licitante seja de outro Estado da Federação, deverá apresentar, também, a prova de regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina, nos termos dos Decretos estaduais nºs 3.650/93 e 3.884/93;
- e) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade com o FGTS; e
- g) prova de regularidade com a Justiça do Trabalho.

11.9. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação com as informações constantes no SICAF deverão encaminhar, via Sistema Compras.gov.br, no prazo fixado pelo Pregoeiro, documentos que supram tais exigências, na forma do art. 70 da Lei n. 14.133/2021.

11.10. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

11.11. As declarações exigidas neste Edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do Sistema Compras.gov.br.

11.12. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via Sistema Compras.gov.br, no prazo fixado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

11.13. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

11.14. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.15. Tratando-se de sociedade cooperativa, para fins de habilitação, serão exigidos, ainda:

- a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o

disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei n. 5.764, de 1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) o registro previsto no art. 107 da Lei n. 5.764, de 1971;

e) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971; e

g) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

g.1. ata de fundação;

g.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

g.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

g.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

g.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

g.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

11.16. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.17. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.18. O licitante que não atender às exigências de habilitação previstas neste Edital será **INABILITADO** no certame, devendo o Pregoeiro retornar à fase de julgamento e examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao exigido.

11.19. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado o vencedor.

11.20. Para o documento no qual não conste prazo de validade será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua emissão, salvo para aqueles que, por sua própria natureza, não apresentem prazo de validade, como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

XII – DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso em face de julgamento das propostas, ato de habilitação ou inabilitação de licitante, anulação ou revogação da licitação.

12.2. Após a fase de julgamento o Sistema Compras.gov.br abrirá prazo de 10 (dez) minutos,

durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.3. Em seguida, após a fase de habilitação, o Sistema Compras.gov.br abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.4. O prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis e será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.5. A apreciação dos recursos se dará em fase única.

12.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto deste pregão será adjudicado **GLOBALMENTE** ao licitante vencedor.

13.2. A homologação deste Pregão compete ao Diretor Geral da Alesc, em atenção aos termos contidos no Ato da Mesa nº 195, de 16 de junho de 2020.

XIV – DA GARANTIA

14.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, o licitante vencedor prestará garantia em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária; ou

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

14.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a adjudicatária deverá apresentá-la no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato;

14.1.2. A garantia, nas modalidades caução, fiança bancária e título de capitalização, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;

14.1.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 14.5, observada a legislação que rege a matéria;

14.2. Caso a sua proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida **garantia equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta**.

14.3. A garantia deverá ter validade a partir do início dos serviços e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

14.4. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá dela constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

14.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a

execução do contrato; e

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

14.6. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.7. O licitante vencedor obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Alesc, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem 14.1.

14.8. A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) Observado o prazo previsto no subitem 14.3, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

XV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o adjudicatário será convocado para se cadastrar no Sistema SEI e, em seguida, assinar o contrato, e terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para concluir o cadastro e efetuar a assinatura, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Alesc.

15.3. O licitante deverá manter atualizado o seu endereço de *e-mail* junto à Alesc e confirmar o recebimento das mensagens provenientes dela, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15.4. Os representantes legais deverão realizar seu cadastro para obter seu login e senha para assinatura eletrônica do contrato ou ata de registro de preços, por meio do Sistema SEI, no seguinte endereço eletrônico: https://sei.alesc.sc.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0.

15.5. O pedido de credenciamento de usuário externo ao SEI é ato pessoal e intransferível e, portanto, não serão aceitos cadastros de e-mails setoriais, somente e-mails pessoais.

15.6. Dúvidas referentes ao cadastro no Sistema SEI deverão ser solucionadas no e-mail sei@alesc.sc.gov.br e/ou pelo telefone (48) 3221-2532.

15.7. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, alteração e extinção contratual constam da minuta do contrato anexa a este Edital.

15.8. Por ocasião da assinatura do contrato, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

XVI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As sanções administrativas às quais o licitante estará sujeito estão previstas no Termo de

Referência e na minuta do contrato, encartados neste Edital.

XVII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@alesc.sc.gov.br.

17.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico, pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, ou pela Equipe de Planejamento, decidirá sobre a impugnação do certame.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@alesc.sc.gov.br.

17.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Compras.gov.br em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

XVIII – DA VISTORIA

18.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local onde serão executados os serviços com o objetivo de inteirar-se das condições e do grau de dificuldade existentes.

18.2. A vistoria será realizada apenas em dias úteis, das 13h às 18h, com a disponibilização de datas e horários diferentes para os eventuais interessados, devendo ser efetivada até 1 (um) dia útil antes da data fixada para a sessão pública.

18.3. O agendamento se dará por meio da unidade requisitante, indicada no Termo de Referência, que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

18.4. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, os licitantes cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações em razão do desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas encontradas em sua realização, objeto deste Edital.

18.5. Caso a licitante dispense a realização da vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

18.6. A vistoria será acompanhada por representante da Alesc designado para esse fim.

XIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, salvo se tratar-se de informação complementar, conforme disposto no artigo 64 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe

validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.3. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

19.4. Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

19.5. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.6. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Alesc.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

19.8. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente na Alesc, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante dias sem expediente.

19.9. Qualquer comunicação pertinente a este processo licitatório a ser realizada entre a Alesc e terceiros deve ocorrer por escrito, preferencialmente por e-mail, sendo que os prazos indicados nas comunicações se iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

19.10. Em caso de dúvidas relacionadas ao Sistema Compras.gov.br, o licitante deverá entrar em contato com o suporte do sistema, através do telefone **0800-978-9001**, ou do site **portaldeservicos.economia.gov.br** (suporte realizado de segunda a sexta-feira, das 7h às 20h).

XX – DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Capital, no Município de Florianópolis, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro.

Florianópolis, documento datado e assinado eletronicamente.

Leonardo Lorenzetti
Diretor-Geral

Carlos Alberto Leal

ANEXO I
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo: SEI nº 25.0.000040841-0
Área Requisitante: Gerência de Segurança e Administração de Rede
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021 e Ato da Mesa nº 257/2024.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Aquisição e instalação de sistema de climatização de precisão para Data Center, especificamente desenvolvido para assegurar condições ideais de temperatura, umidade relativa, redundância operacional e eficiência energética para equipamentos críticos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme detalhado em projeto.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE
1	Sistema de climatização de precisão para Data Center	Unidade	22225	1

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A infraestrutura tecnológica presente nos datacenters requer condições ambientais rigorosamente controladas para assegurar o desempenho, confiabilidade e vida útil dos equipamentos críticos de TI. Temperaturas inadequadas e níveis incorretos de umidade relativa podem levar à falha prematura dos componentes eletrônicos, redução da eficiência operacional e interrupções críticas nos serviços prestados. O sistema de climatização de precisão é essencial para mitigar riscos operacionais, garantir continuidade dos serviços essenciais e atender às melhores práticas recomendadas por normas internacionais específicas para ambientes de missão crítica.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 2.355, de 16 de dezembro de 2022.
- 4.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

4.3. Descrição detalhada do objeto

Sistemas de tratamento de ar, por intermédio de trocadores de calor, climatizadores de precisão modulares, linha *self-contained* e insuflamento pelo entepiso (configuração *downflow*), infraestrutura mecânica, elétrica, eletrônica e demais complementos inerentes à implantação dos projetos contratados por meio do Contrato nº 036/2023. Sucintamente, o escopo de instalação incluirá a seguinte relação de equipamentos e serviços:

- Fornecimento e Instalação de Unidades Climatizadoras de precisão linha EDBR+CABR, Especificadas na Documentação de Projeto;
- Fornecimento, Fabricação e Instalação dos Quadros Elétricos Especificados na Documentação de Projeto;
- Fornecimento de Materiais para montagem da Infraestrutura Frigorífica, Elétrica e de Comando/Controle das Instalações;
- Fornecimento de Todo Ferramental e Maquinário Necessário a Execução dos Projetos;
- Obras Civas Requeridas a Implantação dos Novos Sistemas; - Engenharia de Campo e Supervisão de Montagem;
- Testes, Ajustes e Balanceamento das Instalações;
- Elaboração dos Projetos “As Built”, após a conclusão dos serviços.

O detalhamento completo da solução encontra-se no **Caderno Técnico - Memorial Descritivo - Implantação de Sistemas de HVAC e Instalações Elétricas - Data Center (2327825)**.

4.3.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

As marcas de referência, códigos e modelos citados no **Caderno Técnico - Memorial Descritivo - Implantação de Sistemas de HVAC e Instalações Elétricas - Data Center (2327825)** prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

4.3.2. Documentação do Projeto

Considerando que o projeto do Data Center constitui recorte do Projeto Executivo Detalhado de Climatização, Renovação de Ar e Exaustão para todo o Palácio Barriga Verde, para melhor contextualização, a documentação respectiva será disponibilizada na sua integralidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. Vistoria

Entende-se que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

Assim, para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local onde serão executados os serviços com o objetivo de inteirar-se das condições e do grau de dificuldade existentes.

A vistoria será realizada apenas em dias úteis, das 13h às 18h, com a disponibilização de datas e horários diferentes para os eventuais interessados, devendo ser efetivada até 1 (um) dia útil antes da data fixada para a sessão pública.

O agendamento se dará por meio da unidade requisitante, indicada no Termo de Referência, que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, os licitantes cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações em razão do desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas encontradas em sua realização, objeto deste edital.

Caso a licitante dispense a realização da vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A vistoria será acompanhada por representante da Gerência de Segurança e Administração de Rede designado para esse fim.

Considera-se que o conhecimento do local onde serão executados os serviços é essencial para o correto dimensionamento.

5.3. Garantia de execução do contrato

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% (três por cento).

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.4. Normas e Códigos

Deverá ser observado o mesmo rol de Normas e Códigos de Obras utilizados no desenvolvimento da documentação técnica em referência, qual seja, o **Caderno Técnico - Memorial Descritivo - Implantação de Sistemas de HVAC e Instalações Elétricas - Data Center** (2327825).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazos

6.1.1. A empresa deverá entregar, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que indica a realização dos serviços descritos no Termo de Referência, com a indicação do responsável técnico, devidamente quitadas junto ao respectivo conselho profissional.

6.1.2. A entrega e a instalação do sistema de climatização, bem como de toda a infraestrutura necessária, deverão ocorrer no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da autorização do Contrato.

6.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

6.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Palácio Barriga Verde, localizado na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Florianópolis, SC.

6.3. Recebimento provisório e definitivo

a) Ao término dos testes e ensaios elencados **Caderno Técnico - Memorial Descritivo - Implantação de Sistemas de HVAC e Instalações Elétricas - Data Center** (2327825), o fiscal

designado executará uma vistoria para aprovação do referido subsistema e realizará o recebimento provisório, indicando, em relatório, as correções (caso existam) a serem feitas;

b) a Contratada deverá executar, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da fiscalização do Contrato, as correções indicadas pela fiscalização no relatório mencionado na alínea "a";

c) após o saneamento das pendências, a fiscalização emitirá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, documento de vistoria atestando não restarem óbices e/ou quaisquer elementos com iminente necessidade de correção/substituição;

d) considerar-se-á a instalação efetivamente entregue, uma vez constatado o fornecimento, pela CONTRATADA, da seguinte documentação:

- laudo fotográfico completo de todos os elementos contemplados pela obra;
- relatórios de ensaios e medições;
- catálogos técnicos de todos os equipamentos contemplados nos projetos; - Jogo de Projetos "As-Built", em 02 vias coloridas plotadas.

e) o recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da documentação elencada na alínea "d".

6.4. Garantia do objeto

6.4.1. A Contratada deverá fornecer garantia para todos os equipamentos e componentes da instalação, com duração mínima de 1 (um) ano a contar da data do início real da operação, aceito pela Contratante e/ou sua fiscalização, garantindo todos e quaisquer serviços, bem como equipamentos, insumos e materiais de aplicação integrantes das obras/instalações civis, elétricas/eletrônicas e mecânicas a serem entregues, estando a validação/efetivação desta vinculada a contrato de manutenção a ser firmado entre a Contratante e empresa terceira credenciada, imediatamente após o aceite definitivo da instalação objetivada neste Termo de Referência.

6.4.2. Os equipamentos deverão contar com garantia de fábrica de 1 (um) ano.

6.5. Vigência da contratação

6.5.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, o qual será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo estabelecido.

6.6. Obrigações da Contratante

6.6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.6.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada.

6.6.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia

sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

6.6.6. Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e neste Termo de Referência.

6.6.7. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e no Contrato.

6.6.8. Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.6.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.6.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.7. Obrigações da Contratada

6.7.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.7.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

6.7.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

6.7.4. Cooperar com as demais partes envolvidas na obra, inclusive os próprios trabalhadores do local, fornecendo, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, quaisquer informações para permitir o bom andamento da obra causando o mínimo transtorno possível a todos os ocupantes.

6.7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo no subitem 6.3, “b”, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.7.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.7.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

6.7.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.7.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.7.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.7.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, de maneira cuidadosa, em local definido pela CONTRATANTE, durante a execução da obra.

6.7.12. Responsabilizar-se por danos decorrentes de mau armazenamento ou embalagens não apropriadas.

6.7.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.7.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.7.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.7.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

6.7.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

6.7.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.7.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

6.7.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

6.7.21. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. As comunicações entre a Alesc e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.5. A Alesc poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. O gestor e fiscais do contrato serão designados mediante Portaria do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa, no Diário da Alesc e deverão se ater aos ditames do Capítulo V do Ato de Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da Alesc.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento se dará por meio de crédito bancário em conta corrente identificada pela contratada, mediante apresentação do documento fiscal, após a realização dos serviços devidamente atestados pelo fiscal do contrato e com aceite do Fiscal e do Gestor do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de aceite do documento fiscal.

8.2. No caso do não pagamento do documento fiscal até o 30º (trigésimo) dia da data de aceite, por culpa exclusiva do Contratante, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o art. 117 da Constituição Estadual.

8.3. O credor que não possuir conta corrente na instituição financeira contratada pela Alesc (Banco do Brasil) poderá receber o pagamento em outras instituições financeiras, por meio de crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação (nos termos do art. 9º, § 4º, do Decreto nº 1.073, de 23 de fevereiro de 2017).

8.4. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista estiverem com a validade expirada, o pagamento não ficará retido, devendo, entretanto, a contratada apresentar, no prazo de máximo de até 30 (trinta) dias, novos documentos dentro do prazo de validade, sob pena de ser-lhe aplicada sanção, após defesa, por inadimplemento parcial do contrato.

8.5. Caso haja aplicação de multa/glosa, a contratada deverá emitir novo documento fiscal com o desconto correspondente ao valor da multa/glosa.

8.6. Caso não seja emitido novo documento fiscal, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Alesc em favor da contratada, sendo a base de cálculo para retenção de IR o valor total do documento fiscal, conforme IN RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

8.7. Caso o valor da multa/glosa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

8.8. Caberá à contratada emitir e apresentar os documentos fiscais correspondentes ao objeto deste Termo de Referência, concomitantemente ao fornecimento, expressos em moeda corrente, com a discriminação dos serviços efetuados, inclusive com período de referência da prestação dos serviços, que serão devidamente atestados por servidor designado pela Alesc.

8.9. O código de atividade (CNAE) deverá ser compatível com o objeto do contrato.

8.10. O número do contrato e os dados bancários deverão constar do documento fiscal.

8.11. Só serão autorizados, para efeito de pagamento, os documentos fiscais referentes a fornecimentos autorizados, identificados e efetivamente realizados, até o período correspondente.

8.12. No pagamento deverão ser efetuadas as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária.

8.13. Sendo identificada cobrança indevida ou outras irregularidades/divergências, os fatos serão informados à contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

8.14. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento do documento fiscal, os fatos serão informados à contratada para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

8.15. O aceite dos materiais fornecidos por força desta contratação será feito mediante ateste dos documentos fiscais, correspondendo tão somente aos materiais efetivamente fornecidos.

8.15.1. Não serão pagos materiais não fornecidos.

8.16. A contratada deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção de tributos dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, bem como apresentar documentação comprobatória em caso de isenção ou imunidade.

9. REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO

9.1. Os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme disposições da minuta contratual.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Parcelamento e adjudicação

O parcelamento da solução apresenta-se tecnicamente inviável, uma vez que a contratação de diferentes fornecedores para os diversos componentes do sistema HVAC, tais como unidades climatizadoras de precisão, infraestrutura frigorífica e elétrica, obras civis, serviços de instalação, testes de comissionamento e aceitação, poderia comprometer a integração, a compatibilidade e o desempenho global da solução.

O sistema de climatização de precisão, destinado a um ambiente de missão crítica como o Datacenter da ALESC, requer que todos os seus subsistemas operem de forma totalmente integrada, sob responsabilidade técnica única, garantindo:

- compatibilidade técnica plena entre equipamentos, acessórios, softwares de controle e sistemas auxiliares;
- responsabilidade unificada sobre a execução, funcionamento e garantia, evitando sobreposição de obrigações e lacunas de responsabilidade contratual;
- confiabilidade operacional contínua, assegurada pela coordenação de todas as fases do projeto — fornecimento, instalação, testes de aceitação e manutenção inicial;
- rastreabilidade das falhas e efetividade na aplicação de sanções ou garantias, inviabilizada caso houvesse multiplicidade de contratados;
- segurança jurídica e técnica, em conformidade com o art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a não adoção do parcelamento quando este se mostrar técnica ou economicamente inviável.

Dessa forma, a contratação em lote único é a medida que melhor atende ao interesse público, assegurando a confiabilidade do sistema, a continuidade dos serviços de TI da ALESC e a mitigação de riscos operacionais e contratuais.

10.2. Seleção do fornecedor

A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado ou valor negociado, acompanhada da respectiva planilha

orçamentária, a qual deverá informar a marca/modelo das unidades evaporadoras e condensadoras.

Verificado que as marcas/modelos indicados atendem às especificações do objeto, será verificada a adequação dos valores unitários da planilha orçamentária aos máximos admissíveis para a contratação.

10.2.1. Participação de pessoas físicas

Será vedada a participação de pessoa física, considerando a incompatibilidade do objeto com a sua natureza profissional, em razão da estrutura mínima demandada, com equipamentos e equipe de profissionais e corpo técnico para a execução.

10.2.2. Participação de consórcios

A participação de empresas em consórcios é recomendável quando o objeto da contratação possui porte elevado, alta complexidade ou exige múltiplas especialidades de seu executor, de forma que a competitividade da licitação poderia ser afetada pela escassez de empresas aptas, individualmente, a atender aos requisitos do edital. Além do mais, possibilitaria a associação de empresas que, em condições normais, teriam plenas condições de disputar isoladamente. Essa prática, em vez de ampliar o universo de concorrentes, pode reduzi-lo artificialmente, afastando o interesse público na busca da proposta mais vantajosa e afrontando os princípios da isonomia, da economicidade e da seleção objetiva.

No entanto, considerando que a presente contratação não apresenta essas características, não será permitida a participação de consórcios de empresas nesta licitação.

10.2.3. Critérios de habilitação

10.2.3.1. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica será aquela padronizada no Edital de licitação.

10.2.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

A habilitação fiscal, social e trabalhista será aquela padronizada no Edital de licitação.

10.2.3.3. Qualificação Técnica

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverão ser exigidos:

- a) um ou mais atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;
- b) registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; e
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- c.1) fica assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia ao local, mediante agendamento junto à Coordenadoria de Redes, pelo e-mail redes@alesc.sc.gov.br ou telefone (48) 99154-2609.

10.2.3.4. Habilitação Econômico-Financeira

Em relação à **Habilitação Econômico-Financeira**, considerando o valor significativo do objeto, deverá ser exigida certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.2.4. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

10.2.5. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 35 do Ato nº 257/2024, compete à Coordenadoria de Recursos Materiais a elaboração do orçamento da contratação, o qual integrará o Edital de licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A indicação da dotação orçamentária será feita pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e será informada no corpo do Edital.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem anterior sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem anterior, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) multa, conforme tabela a seguir:

Tipo	Correspondência	Evento
Moratória	1% (um por cento) ao dia, até o limite de 30% (trinta) dias, do valor total do contrato.	Atraso injustificado na entrega dos produtos ou na execução dos serviços.
Moratória	1% (um por cento), até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.	Atraso injustificado na apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
Compensatória	5% (cinco por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita na alínea “a” do subitem anterior.
Compensatória	10% (dez por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita na alínea “b” do subitem anterior.
Compensatória	20% (vinte por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita na alínea “c” do subitem anterior.
Compensatória	10% (dez por cento) do valor da proposta.	Infrações descritas nas alíneas “d”, “e” e “f” do subitem anterior.
Compensatória	5% (cinco por cento) do valor do contrato.	Infração descrita na alínea “g” do subitem anterior.
Compensatória	20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando for o caso.	Infrações descritas nos itens “h” a “l” do subitem anterior.

13.3. O atraso superior 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.

13.5. Para os efeitos de aplicação das sanções acima descritas, considera-se como valor total do contrato o valor total da autorização de fornecimento ou documento equivalente.

13.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.7. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à Contratada em razão do contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro contrato havido entre a Alesc e a Contratada.

13.8. Além das disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, o processo de aplicação de sanções contratuais seguirá o disposto no Ato da Mesa nº 257/2024.

14. QUADRO-RESUMO DO TERMO DE REFERENCIA

Modalidade	Pregão
Sistema de Registro de Preços	Não
Em caso de SRP , necessita termo de contrato?	Não se aplica
Critério de julgamento	Menor preço
Parcelamento	Não
Pessoa física	Não
Empresas em consórcio	Não
Cooperativas	Sim
Garantia de Proposta	Não
Garantia de Execução	Sim
Garantia de Produto/objeto e assistência técnica	Sim
Habilitação Técnica	Sim
Habilitação econômico-financeira	Sim
Vistoria Técnica	Sim
Amostra/Prova de Conceito	Não
Contrato continuado	Não
Índice de Reajuste	IPCA

Florianópolis, datado e assinado digitalmente.

Equipe de Planejamento	
Klaxon Valois Fantin	Membro do Setor Solicitante
Eduardo Benatti Padula	Membro do Setor Técnico
Luiz Carlos Marinho Cavalheiro	Membro do Setor Técnico
Eduardo Cardoso	Membro da Comissão de Planejamento

ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

RELAÇÃO DE ITENS (VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS)

Item	Descrição	Unid.	CATSER	Quantitativo	Valor unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
1	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DE PRECISÃO PARA DATA CENTER	UN.	22225	1	833.949,16	833.949,16
Valor Máximo Admissível (R\$)						833.949,16

ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ETAPA: EXECUTIVO				REF. PREÇO: SINAPI REF. 04/2026 - SANTA CATARINA I CDHU - Planilha Versão 200 I PINI - 01/2026															
ENCARGOS SOCIAIS (DESONERADO): HORISTA: 98,38% I MENSALISTA: 58,22% (REF. SINAPI - 04/2026)				REVISÃO: 02 E-MAIL: wind.engenharia@uol.com.br															
Item	Fonte	Cód	Descrição	Unid	Quant	Cust Unit. Mat.	Cust Unit. M.O	Cust Unit. Total	Cust Total Mat.	Cust Total M.O	Cust Total	BDI Mat.	Preç Unit. Mat.	BDI M.C	Preç Unit. M.O	Preç Unit. Total	Preço Total Mat.	Preço Total M.O	Preço Total
1			Serviços Preliminares e Instalações Provisórias						R\$ 1.777,21	R\$ 7.843,70	R\$ 9.620,91	21,11 %		28,17 %			R\$ 2.152,42	R\$ 10.052,98	R\$ 2.205,40
1.1	SINA	1036	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA.	m ²	2,00	R\$ 44,29	R\$ 13,99	R\$ 58,28	R\$ 88,58	R\$ 27,98	R\$ 916,56	21,11 %	R\$ 538,09	28,17 %	R\$ 17,93	R\$ 556,02	R\$ 1.076,18	R\$ 35,86	R\$ 1.112,04
1.2	C.P	0	ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DO PROJETO	un	1,00	R\$ -	R\$ 262,55	R\$ 262,55	R\$ -	R\$ 525,10	R\$ 525,10	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 336,50	R\$ 336,50	R\$ -	R\$ 673,00	R\$ 673,00
1.3	C.P	0	ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC)	un	1,00	R\$ -	R\$ 362,50	R\$ 362,50	R\$ -	R\$ 362,50	R\$ 362,50	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 466,03	R\$ 466,03	R\$ -	R\$ 466,03	R\$ 466,03

1.4	C.P	0	ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE (PCMAT)	1,00	R\$ -	R\$ 3.625,00	R\$ 3.625,00	R\$ -	R\$ 3.625,00	R\$ 3.625,00	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 4.646,03	R\$ 4.646,03	R\$ -	R\$ 4.646,03	R\$ 4.646,03
1.5	CDH	02.0	LOCAÇÃO DE CONTAINER TIPO ALMOXARIFADO EM CANTO DE OBRA, DIMENSÕES 2,30x6,00x2,50M	1,00	R\$ 888,63	R\$ 40,62	R\$ 929,25	R\$ 888,63	R\$ 40,62	R\$ 929,25	21,11 %	R\$ 1.076,24	28,17 %	R\$ 52,06	R\$ 1.128,30	R\$ 1.076,24	R\$ 52,06	R\$ 1.128,30
2			Administração Local - Pessoal Indireto, Despesas com Equipe e Despesas Administrativas					R\$ -	R\$ 44.195,37	R\$ 44.195,37	21,11 %		28,17 %			R\$ -	R\$ 56.643,64	R\$ 56.643,64
2.1	C.P	0	EQUIPE TÉCNICA CONSTITUÍDA POR 01 ENGENHEIRO MECÂNICO E 01 ENGENHEIRO ELETRICISTA, COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	R\$ -	R\$ 37.582,46	R\$ 37.582,46	R\$ -	R\$ 37.582,46	R\$ 37.582,46	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 48.168,11	R\$ 48.168,11	R\$ -	R\$ 48.168,11	R\$ 48.168,11
2.2	SINA	9357	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	1,00	R\$ -	R\$ 6.612,91	R\$ 6.612,91	R\$ -	R\$ 6.612,91	R\$ 6.612,91	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 8.475,53	R\$ 8.475,53	R\$ -	R\$ 8.475,53	R\$ 8.475,53

3			Equipamentos / Componentes Eletromecânicos					R\$ 51 1.9 66, 66	R\$ 36. 29 4,9 0	R\$ 54 8. 26 1, 56	21 ,1 1 %		2 8 , 1 7 %			R\$ 620 .051 ,84	R\$ 46.5 17,9 0	R\$ 666 .56 9,7 4
---	--	--	---	--	--	--	--	-------------------------------	------------------------------	-----------------------------------	--------------------	--	----------------------------	--	--	---------------------------	--------------------------	-------------------------------

3.1	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UNIDADE CONDENSADORA E EVAPORADORA DE PRECISÃO - LINHA SELF-CONTAINED, DE CONDENSAÇÃO À AR - POTÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO 37,30KW - REAQUECIMENTO 9,00KW - UMIDIFICAÇÃO 2,25kW - FORNECIDO COM BASE METÁLICA DE ELEVÇÃO, DAMPER MOTORIZADO E DUTO DE RETORNO, CONTROLADOR MICROPROCESSADO, PAINEL ELÉTRICO E DEMAIS ACESSÓRIOS PREVISTOS EM MEMORIAL DESCRITIVO, MODELO CPA-35+CR-60 (KLIMATIX) OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPROVADO	2	R\$ 25	R\$ 1	R\$ 27	R\$ 51	R\$ 36	R\$ 5	21	R\$ 3	2	R\$ 2	R\$ 33	R\$ 620.	R\$ 4	R\$ 666
			COMPLETO, COM BASE METÁLICA DE ELEVÇÃO, DAMPER MOTORIZADO E DUTO DE RETORNO, CONTROLADOR MICROPROCESSADO, PAINEL ELÉTRICO E DEMAIS ACESSÓRIOS PREVISTOS EM MEMORIAL DESCRITIVO, MODELO CPA-35+CR-60 (KLIMATIX) OU EQUIVALENTE TÉCNICO COMPROVADO	0	5.983,33	8.147,45	4.130,78	1.966,66	.294,90	.261,56	,11%	.025,92	,17%	3.258,95	3.284,87	051,84	6.517,90	.569,74

4			Rede Frigorífica e Acessórios					R\$ 14.321,28	R\$ 897,20	R\$ 15.218,48	21,11%		28,17%			R\$ 17.344,89	R\$ 1.149,67	R\$ 18.494,56
4.1	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO DE COBRE RÍGIDO, INCLUSO CONEXÕES, Diâmetro 5/8", #1/16", COM ISOLAMENTO EM BORRACHA ELASTOMÉRICA	600	R\$ 80,22	R\$ 4,97	R\$ 85,19	R\$ 4.813,20	R\$ 298,20	R\$ 5.111,40	21,11%	R\$ 97,16	28,17%	R\$ 6,37	R\$ 103,53	R\$ 5.829,60	R\$ 382,20	R\$ 6.211,80
4.2	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO DE COBRE RÍGIDO, INCLUSO CONEXÕES, Diâmetro 7/8", #1/16", COM ISOLAMENTO EM BORRACHA ELASTOMÉRICA	600	R\$ 142,35	R\$ 6,23	R\$ 148,58	R\$ 8.541,00	R\$ 373,80	R\$ 8.914,80	21,11%	R\$ 172,40	28,17%	R\$ 7,98	R\$ 180,38	R\$ 10.344,00	R\$ 478,80	R\$ 10.822,80
4.3	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MANTA DE ALUMÍNIO LISO para Rechapecamento, Incluso Cintas Metálicas e Acessórios de Fixação	9,57	R\$ 8,25	R\$ 5,72	R\$ 13,97	R\$ 78,96	R\$ 54,74	R\$ 133,70	21,11%	R\$ 9,99	28,17%	R\$ 7,33	R\$ 17,32	R\$ 95,61	R\$ 70,15	R\$ 165,76

4.4	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FLUÍDO REFRIGERANTE R410a	18,00	R\$ 49,34	R\$ 9,47	R\$ 58,81	R\$ 88,12	R\$ 170,46	R\$ 1.058,58	21,11 %	R\$ 59,76	28,17 %	R\$ 12,14	R\$ 71,90	R\$ 1.075,68	R\$ 218,52	R\$ 1.294,20
4.5	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO de Grelha de Insuflamento/Retorno Mod. n AR-AG, Dimensões 325x325mm, fabricação Trox ou equivalente	10,00	R\$ 27,96	R\$ 2,15	R\$ 30,84	R\$ 2.796,90	R\$ 291,50	R\$ 3.088,40	21,11 %	R\$ 338,74	28,17 %	R\$ 37,36	R\$ 376,10	R\$ 3.387,40	R\$ 373,60	R\$ 3.761,00
4.6	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO de Placa Perfurada para Piso Elevado, Mod. PP32, 1.936,00 Furos (32% de Área Livre), Dimensões 600x600mm, fabricação Pisoag ou equivalente	5,00	R\$ 405,00	R\$ 9,38	R\$ 504,38	R\$ 2.025,00	R\$ 496,90	R\$ 2.521,90	21,11 %	R\$ 490,50	28,17 %	R\$ 127,37	R\$ 617,87	R\$ 2.452,50	R\$ 636,85	R\$ 3.089,35
5			Instalações Elétricas - QFAC's, Circuitos Terminais e Circuitos de Sinal entre Unidades I Automação					R\$ 41.062,16	R\$ 11.839,35	R\$ 52.901,51	21,11 %		28,17 %			R\$ 49.729,97	R\$ 15.175,49	R\$ 64.905,46

5.1	C.P	0	Quadro Elétrico - QD-AC-DC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	1,00	R\$ 15.365,84	R\$ 4.943	R\$ 15.860,47	R\$ 15.365,84	R\$ 494,63	R\$ 15.860,47	21,11%	R\$ 18.609,84	28,17%	R\$ 633,95	R\$ 19.243,79	R\$ 18.609,84	R\$ 633,95	R\$ 19.243,79
5.2	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA, TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR DE 125,00 A 150,00A, AJUSTÁVEL, Icc=25,00kA, Un=690V	m	2,00	R\$ 45,05	R\$ 71,03	R\$ 52,58	R\$ 90,90	R\$ 142,06	R\$ 105,196	21,11%	R\$ 51,00	28,17%	R\$ 91,04	R\$ 642,04	R\$ 1.102,00	R\$ 182,08	R\$ 1.284,08
5.3	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA LISA COM TAMPA EM AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE SUPORTES E CONEXÕES, DE 100x100mm	m	60,00	R\$ 126,84	R\$ 53,26	R\$ 180,10	R\$ 7.610,40	R\$ 3.195,60	R\$ 10.806,00	21,11%	R\$ 153,62	28,17%	R\$ 68,26	R\$ 221,88	R\$ 9.217,20	R\$ 409,60	R\$ 13.312,80
5.4	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO SEMI-PESADO, INCLUINDO CONEXÕES, D.N. 1"	m	40,00	R\$ 33,68	R\$ 49,72	R\$ 83,40	R\$ 1.347,20	R\$ 1.988,80	R\$ 3.336,00	21,11%	R\$ 40,79	28,17%	R\$ 63,72	R\$ 104,51	R\$ 1.631,60	R\$ 254,80	R\$ 4.180,40

5.5	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO, SEMI-PESADO, INCLUINDO CONEXÕES, D.N. 3/4"	100	R\$ 25,91	R\$ 42,61	R\$ 68,52	R\$ 91,10	R\$ 126,10	R\$ 165,20	21,11%	R\$ 31,38	28,17%	R\$ 54,61	R\$ 85,99	R\$ 313,80	R\$ 546,10	R\$ 859,90
5.6	C.P	0	LIGAÇÃO TERMINAL FLEXÍVEL DE FORÇA E SINAL DAS UNIDADES CONDENSADORAS POR SEALTUBO FLEXÍVEL EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIMENTO EM PVC", D.N. 1", INCLUSO CONECTOR GIRATÓRIO	600	R\$ 30,18	R\$ 42,61	R\$ 72,79	R\$ 110,8	R\$ 155,6	R\$ 207,4	21,11%	R\$ 36,55	28,17%	R\$ 54,61	R\$ 91,16	R\$ 219,30	R\$ 327,66	R\$ 546,96
5.7	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35,0 mm², ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO, ISOLAÇÃO HEPR, 1,00kV	3600	R\$ 32,84	R\$ 10,64	R\$ 43,48	R\$ 112,40	R\$ 153,04	R\$ 205,80	21,11%	R\$ 39,77	28,17%	R\$ 13,64	R\$ 53,41	R\$ 143,20	R\$ 491,40	R\$ 19.227,60

5.8	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25,0 mm², ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO, ISOLAÇÃO HEPR, 1,00kV	45,00	R\$ 24,30	R\$ 7,10	R\$ 31,40	R\$ 1.093,50	R\$ 319,50	R\$ 1.413,00	21,11%	R\$ 29,43	28,17%	R\$ 9,10	R\$ 38,53	R\$ 1.324,35	R\$ 409,50	R\$ 1.733,85
5.9	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16,0 mm², ANTI-CHAMA, NÃO HALOGENADO, ISOLAÇÃO HEPR, 1,00kV	110,00	R\$ 15,79	R\$ 6,38	R\$ 22,17	R\$ 1.736,90	R\$ 701,80	R\$ 2.438,70	21,11%	R\$ 19,12	28,17%	R\$ 8,18	R\$ 27,30	R\$ 2.103,20	R\$ 899,80	R\$ 3.003,00
5.1	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE, 4 PARES, UTP CATEGORIA 6, ISOLAÇÃO PVC	240,00	R\$ 5,01	R\$ 7,80	R\$ 12,81	R\$ 120,24	R\$ 187,20	R\$ 307,44	21,11%	R\$ 6,07	28,17%	R\$ 10,00	R\$ 16,07	R\$ 145,68	R\$ 240,00	R\$ 385,68
5.1	C.P	0	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO MULTIPOLAR, ISOLAÇÃO HEPR, 3 x #2.5mm², 1,00kV	600,00	R\$ 10,26	R\$ 4,96	R\$ 15,22	R\$ 615,60	R\$ 297,60	R\$ 913,20	21,11%	R\$ 12,43	28,17%	R\$ 6,36	R\$ 18,79	R\$ 745,80	R\$ 381,60	R\$ 1.127,40

6			Serviços Complementares à Entrega da Instalação Eletromecânica				R\$ 82.444	R\$ 8.179,60	R\$ 9.004,04	21,11%		28,17%			R\$ 998,71	R\$ 10.483,82	R\$ 11.482,53
6.1	C.P	0	EXECUÇÃO DE TESTES DE ESTANQUEIDADE NOS CIRCUITOS FRIGORÍFICOS, POR EQUIPE CONSTITUÍDA POR MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (OFICIAL) E AUXILIAR (MEIO-OFICIAL)	R\$ -	R\$ 1.243,27	R\$ 1.243,27	R\$ -	R\$ 1.243,27	R\$ 1.243,27	21,11%	R\$ -	28,17%	R\$ 1.593,46	R\$ 1.593,46	R\$ -	R\$ 1.593,46	R\$ 1.593,46
6.2	C.P	0	EXECUÇÃO DE VÁCUO/DESIDRATAÇÃO DOS CIRCUITOS FRIGORÍFICOS, POR EQUIPE CONSTITUÍDA, POR MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (OFICIAL) E AUXILIAR (MEIO-OFICIAL)	R\$ -	R\$ 1.491,93	R\$ 1.491,93	R\$ -	R\$ 1.491,93	R\$ 1.491,93	21,11%	R\$ -	28,17%	R\$ 1.912,15	R\$ 1.912,15	R\$ -	R\$ 1.912,15	R\$ 1.912,15
6.3	C.P	0	MINISTRAÇÃO DE TREINAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA, POR PROFISSIONAL HABILITADO (ENGENHEIRO SÊNIOR) A 02 SERVIDORES/PROFISSIONAIS DA ALESC	R\$ -	R\$ 771,70	R\$ 771,70	R\$ -	R\$ 771,70	R\$ 771,70	21,11%	R\$ -	28,17%	R\$ 989,06	R\$ 989,06	R\$ -	R\$ 989,06	R\$ 989,06

6.4	C.P	0	EXECUÇÃO DE TESTES E PROCEDIMENTOS DE START-UP DOS SISTEMAS, POR ENGENHEIRO DESIGNADO OU CREDENCIADO PELO FABRICANTE DO SISTEMA VRF	1,00	R\$ -	R\$ 1.028,93	R\$ 1.028,93	R\$ -	R\$ 1.028,93	R\$ 1.028,93	21,11%	R\$ -	28,17%	R\$ 1.318,74	R\$ 1.318,74	R\$ -	R\$ 1.318,74	R\$ 1.318,74
6.5	C.P	0	ELABORAÇÃO DE PROJETO "AS-BUILT" AO TÉRMINO DA OBRA/INSTALAÇÃO, EXERCIDA POR ENGENHEIRO SÊNIOR E DESENHISTA PROJETISTA	1,00	R\$ -	R\$ 302,24	R\$ 302,24	R\$ -	R\$ 302,24	R\$ 302,24	21,11%	R\$ -	28,17%	R\$ 387,37	R\$ 387,37	R\$ -	R\$ 387,37	R\$ 387,37
6.6	SINA	1007	PINTURA ANTICORROSIVA E DE ACABAMENTO DOS ELETRODUTOS, PERFILADOS, LINHAS RECHAPEADAS E DEMAIS ELEMENTOS METÁLICOS APARENTES	0,28	R\$ 1,56	R\$ 28,32	R\$ 29,88	R\$ 1,24	R\$ 22,59	R\$ 23,83	21,11%	R\$ 1,89	28,17%	R\$ 36,30	R\$ 38,19	R\$ 1,51	R\$ 28,95	R\$ 30,46

6.7	C.P	0	CONJUNTO DE SUPORTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELETROMECÂNICA, POR PERFILADO DE SEÇÃO 38X19 MM E ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO CUNHA	20,00	R\$ 6,86	R\$ 12,31	R\$ 19,17	R\$ 823,20	R\$ 1.477,20	R\$ 2.300,40	21,11 %	R\$ 8,31	28,17 %	R\$ 15,78	R\$ 24,09	R\$ 997,20	R\$ 1.893,60	R\$ 2.890,80
6.8	C.P	0	REMOÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO E SISTEMAS CORRELACIONADOS EXISTENTES, POR EQUIPE CONSTITUÍDA POR MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (OFICIAL) E AUXILIAR (MEIO-OFICIAL)	1,00	R\$ -	R\$ 1.841,74	R\$ 1.841,74	R\$ -	R\$ 1.841,74	R\$ 1.841,74	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 2.360,49	R\$ 2.360,49	R\$ -	R\$ 2.360,49	R\$ 2.360,49
7			Obras Civas					R\$ 1.964,16	R\$ 990,30	R\$ 2.954,46	21,11 %		28,17 %			R\$ 2.378,81	R\$ 1.269,02	R\$ 3.647,83
7.1	SINA	9044	FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM	3,00	R\$ 32,79	R\$ 10,68	R\$ 43,47	R\$ 98,37	R\$ 32,04	R\$ 130,41	21,11 %	R\$ 39,71	28,17 %	R\$ 13,69	R\$ 53,40	R\$ 119,13	R\$ 41,07	R\$ 160,20
7.2	C.P	0	FURAÇÃO/ABERTURA EM ALVENARIA PARA PASSAGEM DA INFRAESTRUTURA ELETROMECÂNICA/TOMADAS DE AR EXTERNO	0,32	R\$ -	R\$ 241,36	R\$ 241,36	R\$ -	R\$ 72,41	R\$ 72,41	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 309,34	R\$ 309,34	R\$ -	R\$ 92,80	R\$ 92,80

7.3	C.P	0	REDE DE DRENAGEM EM PVC MARROM COM ISOLAMENTO EM BORRACHA ELASTOMÉRICA INCLUINDO CONEXÕES E ACESSÓRIOS, DN. 1" (Rede de Drenagem)	6,00	R\$ 23,69	R\$ 3,46	R\$ 27,15	R\$ 142,14	R\$ 20,76	R\$ 162,90	21,11 %	R\$ 28,69	28,17 %	R\$ 4,43	R\$ 33,12	R\$ 172,14	R\$ 26,58	R\$ 198,72
7.4	C.P	0	DESINSTALAÇÃO/REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS E ELEMENTOS DE SUPORTE E FIXAÇÃO DEDICADOS, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE REINSTALAÇÃO	1,00	R\$ -	R\$ 23,37	R\$ 23,37	R\$ -	R\$ 233,70	R\$ 233,70	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 29,95	R\$ 29,95	R\$ -	R\$ 299,50	R\$ 299,50
7.5	C.P	0	REMOÇÃO DE FORRO, DE FORMA MANUAL, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE REINSTALAÇÃO	5,20	R\$ -	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ -	R\$ 182,00	R\$ 182,00	21,11 %	R\$ -	28,17 %	R\$ 4,49	R\$ 4,49	R\$ -	R\$ 233,48	R\$ 233,48

7.6	SINA	3951	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO EM FIBRA MINERAL POR PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFÓ, APOIADO EM PERFIL DE AÇO GALVANIZADO, PARA RECONSTITUIÇÃO DAS ÁREAS PERMANENTEMENTE DANIFICADAS PELA EXECUÇÃO DA OBRA/INSTALAÇÃO	5,20	R\$ 75,41	R\$ 32,32	R\$ 107,73	R\$ 392,13	R\$ 168,06	R\$ 560,19	21,11%	R\$ 91,33	28,17%	R\$ 41,42	R\$ 132,75	R\$ 474,92	R\$ 215,38	R\$ 690,30
7.7	SINA	8927	TRANSPORTE VERTICAL (IÇAMENTO) PARA ALOCAÇÃO DO NOVO MAQUINÁRIO PROJETADO NA COBERTURA (4º PAVIMENTO), BEM COMO PARA REMOÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES	6,00	R\$ 197,29	R\$ 38,44	R\$ 235,73	R\$ 1.183,74	R\$ 230,64	R\$ 1.414,38	21,11%	R\$ 238,94	28,17%	R\$ 49,27	R\$ 288,21	R\$ 1.433,64	R\$ 295,62	R\$ 1.729,26

7.8	CDH	A.05	REMOÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ENTULHOS DA OBRA COM CAÇAMBA METÁLICA (4,00m³), ABRANGENDO RESÍDUOS METÁLICOS, PLÁSTICOS, MADEIRA, PAPEL CONCRETO, ARGAMASSA, TERRA E/OU ALVENARIA, INCLUSIVE TRANSPORTE AO LOCAL DE DESPEJO/DESTINAÇÃO	1,50	R\$ 98,52	R\$ -	R\$ 98,52	R\$ 147,78	R\$ -	R\$ 147,78	21,11%	R\$ 119,32	28,17%	R\$ -	R\$ 119,32	R\$ 178,98	R\$ -	R\$ 178,98
7.9	SINA	9980	LIMPEZA FINAL DA OBRA (INCLUSIVE DURANTE A EXECUÇÃO).	81,76	R\$ -	R\$ 0,62	R\$ 0,62	R\$ -	R\$ 50,69	R\$ 50,69	21,11%	R\$ -	28,17%	R\$ 0,79	R\$ 0,79	R\$ -	R\$ 64,59	R\$ 64,59
				Custo Total Equipamentos				R\$ 511,966,66			21,11%							
				Custo Total Materiais				R\$ 59.949,25			21,11%							
				Custo Total Mão de Obra				R\$ 110.240,42			28,17%							
				Preço Total Equipamentos												R\$ 620.051,84		
				Preço Total Materiais												R\$ 72.604,80		

Preço Total Mão de Obra													R\$ 1 41.2 92,5 2	
Preço Total Global com BDI						R\$ 68 2. 15 6, 33								R\$ 833 .94 9,1 6

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

BDI PARA OBRAS/REFORMAS DE EDIFICAÇÕES I SERVIÇOS DE ENGENHARIA	
COMPOSIÇÃO DETALHADA:	
Administração Central (AC)	0,04
Bonificação/Lucro (L)	0,074
Despesas Financeiras (DF)	0,0101
Seguros e Garantias (SG)	0,008
Riscos e Imprevistos (R)	0,0127
Tributos (I)	0,102229224
ISS (*1)	0,0207
PIS	0,0065
COFINS	0,03
CRPB (*2)	0,045
Acórdão 2622/2013 do TCU: BDI = {[(1+AC+S+R+G) x (1+DF) x (1+L) / (1-I)] -1} x 100	
	(%)
BDI CALCULADO	28,17
BDI PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	
COMPOSIÇÃO DETALHADA:	
Administração Central (AC)	0,0345
Bonificação/Lucro (L)	0,0511
Despesas Financeiras (DF)	0,0101
Seguros e Garantias (SG)	0,0048
Riscos e Imprevistos (R)	0,0085
Tributos (I)	0,0815
CRPB (*2)	0,045
ISS (*1)	0
PIS	0,0065
COFINS	0,03
Acórdão 2622/2013 do TCU: BDI = {[(1+AC+S+R+G) x (1+DF) x (1+L) / (1-I)] -1} x 100	
	(%)

VALOR TOTAL DE MÃO DE OBRA (R\$)	R\$ 2.060.905,47
VALOR TOTAL GLOBAL (R\$) - COM SUPRESSÃO DO CUSTO TOTAL DE EQUIPAMENTOS	R\$ 4.971.014,51
PERCENTUAL DE M.O EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL (%)	41,46%
ALÍQUOTA ISS CORRIGIDA (%) - ANEXO 1 IN SF/SUREM Nº 8/2011	2,07%

NOTAS GERAIS

*1. Alíquota base do ISS (5,0%) extraída do Código Tributário de Florianópolis, para a Atividade Código 14.06:

"Instalação e Montagem de Aparelhos, Máquinas e Equipamentos, inclusive Montagem Industrial, prestadas ao Usuário Final". ISS adotado obtido pela alíquota base, ponderada pela participação percentual do custo de M.O em relação ao custo total ($5,00\% * 43,33\% = 2,17\%$).

*2. CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pelas leis 12.546/2011, 12.844/2013, 13.161/2015

e outras.

*3. Taxa SELIC Aplicada: 12,75%.

ANEXO IV
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

MODELO DE PROPOSTA

NOME _____ DA _____ EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____ CIDADE: _____ CEP: _____
ESTADO: _____

FONE DA EMPRESA: _____ FONE DO REPRESENTANTE: _____

CNPJ Nº: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA CORRENTE: _____

E-MAIL: _____ RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO: _____

A presente proposta tem como objeto a aquisição dos itens ou contratação dos serviços abaixo discriminados, em conformidade com as especificações, quantidades e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário	Valor total

- I. A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias;
- II. Declaro que cumpro e acato todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos.
- III. Declaro que a presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na presente data.

Florianópolis/SC, ____ de ____ de 2026.

Representante legal
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

A licitante declara que está ciente e tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades para a execução do objeto deste procedimento licitatório, dispensando a realização de vistoria, nos termos do art. 63, § 3º da lei 14.133/2021.

OU

A licitante declara que realizou vistoria, tendo conhecimento pleno das condições e peculiaridades para a execução do objeto deste procedimento licitatório.

Florianópolis/SC ____ de ____ de 2026.

Representante legal
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 90014/2026

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2026

Contrato para aquisição e instalação de sistema de climatização de precisão para Data Center, especificamente desenvolvido para assegurar condições ideais de temperatura, umidade relativa, redundância operacional e eficiência energética para equipamentos críticos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que entre si firmam a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a empresa XXXXXXXX, mediante cláusulas e condições a seguir:

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.599.191/0001-87, com sede na Rua Doutor Jorge Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, telefone (48) 3221-2500, e-mail dti@alesc.sc.gov.br, representada neste ato pelo Senhor Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral, e pelo Senhor Brian Venceslau Michalski, Diretor de Tecnologia e Informações.

CONTRATADA: XXXXXX XXXXX, inscrita no CNPJ sob XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, telefone (XX) XXXX-XXXX, e-mail xxxxxxxx, representada neste ato por XXXXXXXX.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Atos da Mesa nº 149, de 30 de abril de 2020, nº 195, de 16 de junho de 2020, e nº 257, de 28 de maio de 2024;
- Pregão Eletrônico nº 90014/2026; e
- Processo SEI nº 25.0.000040841-0.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição e instalação de sistema de climatização de precisão para Data Center, especificamente desenvolvido para assegurar condições ideais de temperatura, umidade relativa, redundância operacional e eficiência energética para equipamentos críticos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sistema de climatização de precisão para Data Center	Un.	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta da contratada;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa deverá entregar, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) que indica a realização dos serviços descritos no Termo de Referência, com a indicação do responsável técnico, devidamente quitadas junto ao respectivo conselho profissional.

3.2. A entrega e a instalação do sistema de climatização, bem como de toda a infraestrutura necessária, deverão ocorrer no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da autorização do Contrato.

3.3. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Palácio Barriga Verde, localizado na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Florianópolis, SC.

3.4. Ao término dos testes e ensaios elencados no subitem 4.3.4.6 do Termo de Referência, o fiscal designado executará uma vistoria para aprovação do referido subsistema e realizará o recebimento provisório, indicando, em relatório, as correções (caso existam) a serem feitas;

3.5. A Contratada deverá executar, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da fiscalização do Contrato, as correções indicadas pela fiscalização no relatório mencionado no item 3.4;

3.6. Após o saneamento das pendências, a fiscalização emitirá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, documento de vistoria atestando não restarem óbices e/ou quaisquer elementos com iminente necessidade de correção/substituição.

3.7. Considerar-se-á a instalação efetivamente entregue, uma vez constatado o fornecimento, pela CONTRATADA, da seguinte documentação:

- 3.7.1. laudo fotográfico completo de todos os elementos contemplados pela obra;
- 3.7.2. relatórios de ensaios e medições;
- 3.7.3. catálogos técnicos de todos os equipamentos contemplados nos projetos;
- 3.7.4. Jogo de Projetos “As-Built”, em 02 vias coloridas plotadas.

3.8. O recebimento definitivo dar-se-á em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da

documentação elencada no item 3.7.

3.9. A Contratada deverá fornecer garantia para todos os equipamentos e componentes da instalação, com duração mínima de 1 (um) ano a contar da data do início real da operação, aceito pela Contratante e/ou sua fiscalização, garantindo todos e quaisquer serviços, bem como equipamentos, insumos e materiais de aplicação integrantes das obras/instalações civis, elétricas/eletrônicas e mecânicas a serem entregues, estando a validação/efetivação desta vinculada a contrato de manutenção a ser firmado entre a Contratante e empresa terceira credenciada, imediatamente após o aceite definitivo da instalação objetivada neste Contrato.

3.10. Os equipamentos deverão contar com garantia de fábrica de 1 (um) ano.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre a Alesc e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. A Alesc poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5. O gestor e fiscais do contrato serão designados mediante Portaria do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa, no Diário da Alesc e deverão se ater aos ditames do Capítulo V do Ato de Mesa nº 257, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da Alesc.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento se dará por meio de crédito bancário em conta corrente identificada pela contratada, mediante apresentação do documento fiscal, após a entrega dos produtos devidamente atestados pelo fiscal do contrato e com aceite do Fiscal e do Gestor do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de aceite do documento fiscal.

7.2. No caso do não pagamento do documento fiscal até o 30º (trigésimo) dia da data de aceite, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 31º (trigésimo primeiro) dia até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o art. 117 da Constituição Estadual.

7.3. O credor que não possuir conta corrente na instituição financeira contratada pela Alesc (Banco do Brasil) poderá receber o pagamento em outras instituições financeiras, por meio de crédito em conta corrente do favorecido, ficando, contudo, responsável pelo pagamento das tarifas bancárias derivadas da operação (nos termos do art. 9º, § 4º, do Decreto nº 1.073, de 23 de fevereiro de 2017).

7.4. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista estiverem com a validade expirada, o pagamento não ficará retido, devendo, entretanto, a contratada apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, novos documentos dentro do prazo de validade, sob pena de ser-lhe aplicada sanção, após defesa, por inadimplemento parcial do contrato.

7.5. Caso haja aplicação de multa/glosa, a contratada deverá emitir novo documento fiscal com o desconto correspondente ao valor da multa/glosa.

7.6. Caso não seja emitido novo documento fiscal, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Alesc em favor da contratada, sendo a base de cálculo para retenção de IR o valor total do documento fiscal, conforme IN RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

7.7. Caso o valor da multa/glosa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

7.8. Caberá à contratada emitir e apresentar os documentos fiscais correspondentes aos produtos objeto deste contrato, expressos em moeda corrente, com a discriminação dos itens efetivamente fornecidos.

7.8.1. O código de atividade (CNAE) deverá ser compatível com o objeto deste contrato.

7.8.2. O número do contrato e os dados bancários deverão constar do documento fiscal.

7.9. Só serão autorizados, para efeito de pagamento, os documentos fiscais referentes a fornecimentos autorizados, identificados e efetivamente realizados, até o período correspondente.

7.10. No pagamento deverão ser efetuadas as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária.

7.11. Sendo identificada cobrança indevida ou outras irregularidades/divergências, os fatos serão informados à contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

7.12. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento do documento fiscal, os fatos serão informados à contratada para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

7.13. O aceite dos materiais fornecidos por força desta contratação será feito mediante ateste dos documentos fiscais, correspondendo tão somente aos materiais efetivamente fornecidos.

7.13.1. Não serão pagos materiais não fornecidos.

7.14. A contratada deverá emitir a nota fiscal em observância às regras de retenção de tributos dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, bem como apresentar documentação comprobatória em caso de isenção ou imunidade.

7.15. Caso a contratada se enquadre e opte pela desoneração da folha de pagamento, disciplinada pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, deverá informar essa opção no corpo da nota fiscal, bem como apresentar a declaração do Anexo III da IN RFB nº 2053/2021 devidamente preenchida e assinada.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Em caso de prorrogação contratual, após o interregno de um ano, por meio de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

8.2. O índice a ser aplicado será referente a 12 (doze) meses, contados a partir do dia 29/01/2026, data da consolidação do orçamento estimado.

8.3. O reajuste será concedido após transcorrer 12 (doze) meses da vigência do contrato.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento ou por termo aditivo.

8.8. Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela Contratada antes:

8.8.1. da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

8.8.2. do encerramento do contrato.

8.9. Não haverá reajuste de preços caso a vigência do contrato seja igual ou inferior a 12 (doze) meses e não tenha sido prorrogada, ou se ao tempo do término da contratação decorrerem 12 (doze) meses ou menos dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Nomear o fiscal e gestor do contrato por meio de Portaria a ser publicada no Diário da Assembleia.

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada.

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.8. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou

subordinados.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.3. Cooperar com as demais partes envolvidas na obra, inclusive os próprios trabalhadores do local, fornecendo, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, quaisquer informações para permitir o bom andamento da obra causando o mínimo transtorno possível a todos os ocupantes.

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no item 3.5 do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.6. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10.17. Verificar o recebimento de comunicações no endereço de e-mail indicado neste contrato a cada 24 (vinte e quatro) horas e informar ao contratante caso haja alteração de e-mail ou defeito técnico que impossibilite sua verificação, declarando estar ciente de que os prazos nas comunicações se iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

10.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.20. Responsabilizar-se por danos decorrentes de mau armazenamento ou embalagens não apropriadas.

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e

responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DOZE – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Contratada prestou garantia no valor de R\$ _____ (_____), na modalidade seguro-garantia.

OU

12.2. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Contratada prestará, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia no valor de R\$ _____ (_____), na modalidade caução em dinheiro, caução em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização.

12.1.1. A garantia deverá ter validade a partir do início dos serviços e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

12.1.2. A garantia assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

12.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

12.4. A Contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, antes do seu vencimento ou após a redução do seu valor em razão de aplicação de qualquer penalidade ou, ainda, após a assinatura de termo aditivo decorrente de acréscimo do objeto contratado ou de repactuação que implique na elevação do valor ajustado, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem

14.1 do edital do Pregão nº/2026.

12.5. A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice ou da carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) com o término da vigência do contrato, observado o prazo previsto na subcláusula 12.1.1, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

12.6. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA TREZE – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, e “d” do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem anterior, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa, conforme tabela a seguir:

Tipo	Correspondência	Evento
Moratória	1% (um por cento) ao dia, até o limite de 30 (trinta) dias, do valor total do contrato.	atraso injustificada na entrega dos produtos ou execução dos serviços
Moratória	1% (um por cento), até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.	atraso injustificado na apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

Compensatória	5% (cinco por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1
Compensatória	10% (dez por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1
Compensatória	20% (vinte por cento) do valor total do contrato.	Infração descrita na alínea “c” do subitem 13.1
Compensatória	5% (cinco por cento) do valor do contrato.	Infração descrita na alínea “d” do subitem 13.1
Compensatória	20% (vinte por cento) do valor total do contrato.	Infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1

13.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.

13.5. Para os efeitos de aplicação das sanções acima descritas, considera-se como valor total do contrato o valor total da autorização de fornecimento ou documento equivalente.

13.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.7. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à Contratada em razão do contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro contrato havido entre a Alesc e a Contratada.

13.8. Além das disposições previstas na Lei nº 14.133/2021, o processo de aplicação de sanções contratuais seguirá o disposto no Ato da Mesa nº 257/2024.

CLÁUSULA QUATORZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA QUINZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão à conta da Subação 001157 - Aquisição, recuperação e ampliação de imóveis do Poder Legislativo; e Natureza da Despesa 44.90.51.92 - Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel, do Orçamento da Alesc.

CLAUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil Brasileiro –, na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DEZOITO – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

18.1. As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial, nas Leis nº 8.429/1992 e nº 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis.

18.2. A contratada declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; e se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

18.3. A contratada, no desempenho das atividades objeto deste contrato, compromete-se perante a contratante a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

18.4. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar a instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos da legislação vigente, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis e o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

18.5. A contratada declara que tem ciência de que a violação de qualquer das obrigações previstas neste contrato, além de outras, é causa para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

18.6. A contratada compromete-se em notificar à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina qualquer irregularidade de que tiver conhecimento acerca da execução do presente contrato.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VINTE – DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Florianópolis, documento datado e assinado eletronicamente.

CONTRATANTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Leonardo Lorenzetti
Diretor-Geral

Brian Venceslau Michalski
Diretor de Tecnologia e Informações

CONTRATADA

[Nome]

[Representante Legal]

[Cargo]

ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº Nº 90014/2026

MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- Arquivo disponibilizado em formato XLS, junto ao edital.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO LEAL**, **Coordenador de Licitações e Contratos**, em 29/06/2026, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LORENZETTI**, **Diretor-Geral**, em 30/06/2026, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.alesc.sc.gov.br/verifica-assinatura> informando o código verificador **2387718** e o código CRC **20FD12E1**.